



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A IDENTIDADE POSTNACIONAL NO CABOVERDIANO – TRANSFORMAÇÕES, CONTINUIDADES E DILEMAS

Carlos Jorge Rodrigues Spínola

Professor Auxilair Universidade de Cabo Verde

Carlosjorge60@hotmail.com

Introdução

Tendo, Cabo Verde, a partir do sua representação de si como nação, chegado ao estatuto de país independente com alguma, muita dúvida ou mesmo especulação sobre a sua identidade, é, no entanto, a independência, um motivo e um factor para todos os esclarecimentos. Assim ao propor apresentar a independência como a oportunidade de Reconfiguração da Indentidade Postnacional no Caboverdiano, queremos dizer, não mais do que, a oportunidade para esclarecimento de todas as dúvidas, debate de todos os dados e de perspectivas, de modo a ser a nação uma coisa una e onde cada nacional deve estar para essa coisa una, ou não o sendo, estar consciente disso. É conseguir uma representação colectiva, o que significa a ligação entre os indivíduos, ligação que os prepara enquanto nacionais “para pensar e agir de forma uniforme”, (MOSCOVICI, 1989) e assim mesmo, deve ser perdurável pelas gerações, como uma comunidade. Afinal a identidade é um processo que ocorre por momentos entre os quais de conflito, e por zonas como por exemplo de ameaça, de satisfação, de frustração e de gratificação. Pensando em Onésimo da Silveira, (2004), a “reconfiguração” é, não deixar ambiguidades como justificativa da ambivalência, e procurar as vias para a redução ou eliminação desta. Desde a perspectiva metodológica, acrescentaríamos que, onde há ambivalência pode-se colocar prioridades ou condições para tal.

Assim, nos propomos, com este trabalho, explicar a conformação da identidade postnacional no caboverdiano no postindependência, a partir da análise das condições para essa reconfiguração utilizando os principais conceitos em torno desse assunto,



como sejam Identidade postnacional, Independência, PALOP, CPLP. Esta comunicação está concebida a partir da tese de doutoramento do autor.

1-A Identidade postnacional na Independência

1.1-A herança na independência

Começado a ser povoado em 1462, dois anos após a sua descoberta, o arquipélago de Cabo Verde se tornou independente a 5 de Julho de 1975, tendo ao longo desses séculos, com as suas gentes, se configurado numa nação. Entendemos que se configurou como tal, primeiro, por ter chegado ao momento da Independência, o que significa uma vivência por um determinado tipo de acontecimentos, o que explica ser considerado nação, na ótica dos que, como por exemplo Michaud, (1978) Bernard (1978), e Hobsbawm (2004), fazem dela um fenómeno político do “Estado moderno”, e segundo, pela sua existência num trajecto, de quase cinco séculos completos de História, durante o qual se cristalizou como grupo que, segundo Phillipe Bernard, é normalmente “..homogéneo nos planos étnicos, linguísticos e cultural e ligado pelo sentimento de comunidade de pertença e de uma história comum, o que permite falar de povo ou nação”, (1978, p. 90).

Esses dois factos, nação e independência, induziram-nos ao conceito “postnacional”, como característica incontornável quando se fala da identidade dos caboverdianos, como categoria que nos está induzida pelo conjunto das condições que historicamente originaram esta especificidade da nação cabo-verdiana, ainda que talvez, não única desta nação. Assim, enquanto fenómeno do “Estado moderno”, encontramos a questão nação, identidade cultural ou simplesmente cultura, como preocupação do Estado cabo-verdiano, presente portanto no pós-independência, em diversas formas e graus, não tendo acontecido o mesmo, quanto ao postnacional.

O postnacional situa-se então num estado que vem depois da definição, do consenso, ou simplesmente da existência do nacional, como causa suficiente para proporcionar a identidade nacional. Sendo o conteúdo intrínseco da identidade, na perspectiva dos contrários, integrado pelo “Sí” e pelo “Outro”, ao se manifestar o Si em pelo menos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

dois níveis, “Si/indivíduo” e “Si/Nós/colectivo”, a identidade nacional, como “Nós nação”, distinta de outra nação, torna-se partícipe de uma outra identidade, Nós, “região ou Comunidade de nações”, ou como disse Aristóteles “Assim, vê-se que a identidade é uma espécie de unidade do ser, unidade de muitos objectos, ou de um só tomado como muitos.”(ARISTÓTELES, 1942, p.113).

Nesse continuum, reside a nossa proposta de postnacional, diferente da de Carvalhais, (2004) onde o postnacional descansa no papel que internamente, os estados e os cidadãos nacionais, devem passar a ter, pela atribuição de direitos políticos e outros, “para lá das pertenças nacionais”, ou seja permitir esses direitos aos imigrantes, com a organização, solidarização e mobilização da pluralidade.

Nesta nossa perspectiva, o postnacional é o continuum que pode ser de tipo territorial, étnico, histórico, cultural, militar, destino comum e económico, separados ou cumulativos, entre um conjunto de estado-nacionais possuidores de núcleos identitários naturais e artificiais. Naturais são quando têm a comunidade, que bem pode ser homogeneidade ou semelhança, de algum traço cultural, como a língua por exemplo. Artificiais quando no presente momento, ultrapassadas as condições do domínio directo colonial, existe a imposição ou a condição para tal, por parte do governo nacional devido a interesses específicos do estado

Na sua naturalidade ou artificialidade, a funcionalidade do postnacional, tratando-se da sociedade civil, está ligada de forma directa à cidadania, que caracterizamos aqui como a consciência dos papéis sociais em respeito ao atributo nacional, a qual tem a sua continuidade necessária, porque a globalização se impõe de diversas formas, entre as quais, a existência de imigrantes sobre os quais pendem determinados direitos e a conformação real de comunidades político-económicas e histórico-culturais, com base nesses laços ou no factor território.

De facto, podemos constatar o papel das duas instâncias, governo e sociedade civil, acreditando em Marchuella ao dizer que a integração regional obriga à promoção de

“...interdependências e os laços estruturais entre as economias, o incremento da fidelidade cívica e um quadro de valores mais vasto do que a comunidade de origem, um esforço de reconhecimento e aceitação do outro



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

e sobretudo uma estratégia de defesa contra o exterior.”(MARCHUELA, 2002, p. 43).

Ao chegar à Independência, a representação que os cabo-verdianos tinham de si, era bipartida, a partir do reconhecimento de ser um caso de regionalismo, dito por Onésimo da Silveira como nativismo.

Para um dos lados, os crentes do europeísmo cultural do caboverdiano, que tiveram em Baltazar Lopes da Silva, um declarado grande defensor, pelo menos na pré-independência. Baltazar defende essa posição, a partir das duas seguintes perguntas, na sua argumentação contra Gilberto Freyre.

“Na cabeça de quem, medianamente informado das coisas de Cabo Verde, é que passa que o caboverdiano é mais africano do que português?” e “Será Cabo Verde actualmente uma entidade social em conflito condutista com o todo português de que fazemos politicamente parte?” (LOPES, 1956, p. 13). Como resposta, apresenta a cultura cabo-verdiana como sendo mais europeia do que africana, mesmo para a ilha de Santiago que ele diz conservar traços de culturas africanas.

No outro lado, estiveram os convictos do africanismo cabo-verdiano, que têm como expoente máximo, Amílcar Lopes Cabral, quem idealizou, organizou e dirigiu a luta para a independência que teve como um dos pilares a resistência cultural. No entanto, trazemos uma citação de Onésimo Silveira, um dos teóricos deste lado, que se posiciona no sentido da realização plena do ser existencial do cabo-verdiano. Citamos:

“Entendemos que o problema decisivo não é o de saber quais as contribuições humanas que predominam nas Ilhas, mas, diversamente, o de tornar o homem comum caboverdiano consciente do seu destino africano e possibilitar-lhe os meios que conduzem à realização autónoma do mesmo destino.

Os jovens da nossa geração pensam que Cabo Verde é um caso de regionalismo africano.” (SILVEIRA, 1963, p- 22).

Estando de acordo que Cabo Verde se tinha configurado num regionalismo, portanto “si mesmo”, e estando implícita, nessa constatação, a questão política, a reivindicação pelo lado dos europeístas, foi a de estatuto de Ilhas Adjacentes, como Madeira e Açores, negada pelo governo colonial, que sendo lógicos com a concepção e



tratamento de Ultramar dado desde sempre a Cabo Verde, atribuiu em 1963 o Estatuto, de “...pessoa colectiva de direito público e goza de autonomia administrativa...” (Boletim Oficial Nº 48: 1963: Capítulo I), alargada em 1972 com “... personalidade jurídica de direito público interno.” (AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1972, p. 9), Região Autónoma.

A última opção proposta pelos partidários dessa visão identitária, ou de seus próximos, mais por défice de conhecimento no campo político, (SILVEIRA, 2004) foi, na eminência da Independência, depois do “25 de Abril”, a Federeção com Portugal.

Nesse caso devemos dizer o governo português reconheceu, oficial e formalmente, Cabo Verde como o Outro, quando encontramos nos fundamentos da autonomia da Lei Orgânica do Ultramar “O ultramar português está na Constituição e compõe-se de oito províncias, correspondentes à situação geográfica e à tradição histórica.” (BOLETIM OFICIAL Nº 28, 1963, Base I).

A partir desta última afirmação, devemos dizer que a terceira preocupação na criação e funcionamento do grupo, (CAMILLERI, 1991) não foi levada em conta pelos europeístas na sua visão sobre o carácter do regionalismo cabo-verdiano. A primeira preocupação é com o sentido para a existência do grupo, a segunda com o valor desse sentido e terceira é a preocupação com o outro, na construção desse sentido e desse valor.

Lograda a independência, razão da luta dos africanistas, ou parte deles, ela tem vindo a permitir a Cabo Verde, a “realização autónoma do seu destino africano” (Silveira, 2004), já que se tinha conformado: existencialmente, por um território delimitado, política, geográfica e juridicamente, no estatuto de província ultramarina; historicamente, um só povo que nasceu por si próprio, por uma língua, uma raça ou uma variedade racial, (os mulatos), uma música e uma forma de ser; e estatutariamente, um relacionamento com base na ideia do Outro, efectuado historicamente pelo colonizador e um projecto de autonomia, o que resumido, podemos dizer que “havia sim um Cabo Verde com caboverdianos”, tido como outro pelo próprio colonizador.

2-A independência: referencial de reconfiguração da identidade



2.1- A Primeira República

Tomamos a Independência como referencial para a reconfiguração da Identidade post-nacional, primeiro, pelo significado próprio de Independência governar-se por si próprio e em princípio para si mesmo, e em segundo, como já referido, ter sido a Cultura como fator de identidade, uma das bases da luta pela Independência.

Podemos ver o “governar-se a si próprio” pela fórmula que expressa, de modo indubitável, a nação como questão política: “nação = estado = povo”, Hobsbawm (2004), significando que a nação é o povo organizado politicamente, ou seja é ter um conjunto de instituições soberanas, que estão a olhar sobretudo para a sociedade nacional que está dentro de um “território geograficamente limitado” Hall (1990); e sociedade nacional é povo, numa perspectiva não redutora, podemos dizer que são os indivíduos que constituem a nação.

No caso das colónias que chegaram nas suas representações de Si à qualidade de nação, numa perspectiva de Si e do Outro, o estado enquanto organização política é o Outro, para essas nações ou países dependentes, por outras palavras, a soberania ou poder sobre Si, não advém do “Si” mas sim do “Outro”. Nesse caso o reajuste das representações aos factos, pela extirpação ou modificação do facto estranho, o poder político ou estado, se processa pela fórmula território/povo = estado = nação. Trata-se aqui do dito por Hobsbawm (2004), que as nações em geral foram definidas primeiramente pelo território que de preferência era aquele “contínuo e indiviso” e depois construídos os outros elementos de comunidade, pelo poder do estado, nomeadamente a representação de uma cultura única ou unida.

Esta situação está refletida no que disse Cabral, sobre a luta pela independência, vendo esta, também, como o culminar do processo identitário cabo-verdiano, a continuidade natural da tomada de consciência de si, permitida pelos contextos históricos. Citamos,

“... luta, face a toda uma espécie de obstáculos que tomam uma série de formas, reflecte a consciência ou posse de uma identidade completa, generaliza e consolida o sentimento de dignidade, fortalecido pelo desenvolvimento da consciência política, e deriva da cultura ou culturas das massas em revolta, uma das suas principais forças.” (CABRAL, 1978 p. 273).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Os contextos históricos caracterizam-se quanto à situação interna, pelo questionamento da nossa existência identitária que dos seus pilares no estatuto político de colónia passou a país independente, que do alargamento das possibilidades da educação com alguma efectiva realização, na massificação do Ensino Primário em 1968, chegou à criação do Ensino Superior; por situação externa, temos como referências desde o apoio do bloco comunista aos movimentos independentistas, às ajudas, parcerias, tratados e organizações bi e plurinacionais, desde da intervenção da Organização das Nações Unidas como árbitro nas questões nacionalistas, com a UNESCO a reconhecer a cultura como ponto fulcral da identidade nacional e as independências africanas, até a globalização como factor de risco dessas próprias culturas que lutaram e tiveram apoios para tal.

Assim podemos estabelecer as condições para a reconfiguração da identidade post-nacional,

- primeiro na essência da independência que é qualidade da autonomia, que no caso contou com o governo durante os primeiros quinze anos com um regime de partido único, que teve organizações para-partidárias, como a JAAC-CV, Juventude Africana Amílcar Cabral- Cabo Verde, e a OPAD-CV, Organização dos Pioneiros Abel Djassi-Cabo Verde, e pelo menos mais uma, a OMCV, Organização das Mulheres de Cabo Verde.

- segundo, a cultura própria ou identidade cultural como causa por essa mesma independência, tida como oportunidade de construção ou reconstrução nacional.

Retomando o dito por Cabral, sobre os obstáculos da luta, neste caso, “libertação nacional”, ele, ao desenvolver na sua exposição a cultura como base ou factor de identidade e de luta, diz que no país colonizado subsistem duas culturas distintas:

- uma que é a do colonialista, que subsiste nos grupos sociais total ou parcialmente assimilados, isolados culturalmente e alienados que constituem uma cultura, a da elite colonial indígena que vive espiritualmente e materialmente, no comportamento e na apreciação dos valores como a cultura colonial. Sendo assim a cultura torna-se na base para uma identidade com o colonialista, pelo que podemos dizer que é o efectivamente colonizado;



- uma segunda cultura, a das massas que “...refugia-se nas florestas, nas aldeias e no espírito das vítimas de dominação), que preservaram a sua cultura..” . Este refúgio é uma forma de fugir da “ (CABRAL, 1978 p. 244) repressão, perseguição, humilhação e traição de certos grupos sociais”, portanto as massas têm e são uma identidade própria, constituem uma individualidade ou singularidade em relação aos dominadores.

Assim, se a cultura é um factor de luta, em primeiro lugar, pela resistência e luta para a manutenção da sua cultura, por parte das massas, pelo outro grupo, ela se encontra no movimento pela pré-independência, conduzido pela minoria da classe média, que por ter descoberto a sua identidade “usa normas culturais estrangeiras, recorrendo à literatura e à arte”, para sua divulgação e não, exactamente, para “transmitir as esperanças e sofrimentos das massas”,(apud, 1978 p. 251). Dessa forma, ainda segundo Cabral, se pouco influencia as massas, consegue, contudo, contaminar os “desenraizados” e aqueles que se juntaram mais tarde à classe. Assim para Cabral a luta é expressão organizada de uma “cultura” (1978, p. 252), e a identificação com as massas nessa luta pode ser uma identidade “...temporária ou definitiva, aparente ou real, à luz dos esforços diários e sacrifícios exigidos pela luta...” (idem).

Para confirmar o rigor dessa análise de Cabral, de identidade temporária, entre outros aspectos, queremos destacar a pouca adesão dos quadros, “classe média”, ao Partido, como consta na preparação do II Congresso do PAICV, “Apesar da acção desenvolvida nesse sentido pela organização do Partido, o nível cultural e de escolaridade dos militantes e candidatos do Partido é relativamente baixo,..” (PAICV, 1984, p. 22), aliás no mesmo documento aparece sobre esse partido “...afirma-se como como partido de massas...” (apud, p.16)

Diríamos também, que à situação da representação das classes e papel das mesmas no seio do PAICV, acumulam-se, pelo menos dois outros factores e que são a alta taxa de analfabetismo e o baixo nível de escolaridade da maioria da população, e, a subsistência do país pelos Programas de Ajuda ao Desenvolvimento, efectivando-se mais as realizações pontuais e prioritárias do que os trabalhos de foro ideológico idealizados e estampados nos documentos desse partido, que foram sendo levados a cabo através das actividades da JAAC-CV, da OPAD-CV, e do próprio partido que criou uma escola para a superação académica e cultural dos seus militantes.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Nessas condições, as actividades que poderiam fomentar ou fertilizar a representação dos nacionais residentes ao continente africano, decorreram, sobretudo aos propriamente governamental e da educação organizada, o outro campo propício para tal função.

Ao nível governamental estão as actividades que, ocorrendo em Cabo Verde, tinham grande divulgação, e alguma quando fora, sendo as mais notáveis as reuniões do CILSS, Comité Interestados de Luta contra a Seca no Sahel, as da CEDEAO, Comunidade Económica dos Países da África Ocidental, as dos PALOPs, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, as visitas de Chefes de Estados Africanos, e a participação na Taça Amílcar Cabral. Essa participação foi a continuidade natural de uma prática do tempo colonial, durante o qual Cabo Verde participou entre outros nos seguintes eventos do continente: a “Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais”, a “Conferência Inter-Africana do Trabalho”, o “Fundo Inter-Africano de Investigação”, a “Fundação Inter-Africana de Troca”. Ao nível da educação organizada os manuais são demonstrativos ou ilustrativos. Na Primeira República encontramos dois momentos que são marcantes.

1- Da independência ao golpe de estado na Guiné-Bissau nos textos dos manuais de Língua Portuguesa, do 5º e do 6º anos em relação à África encontramos os de e sobre Amílcar Cabral, aspectos da cultura cabo-verdiana, sobre os restantes países dos PALOP e outros sobre o continente, como exemplos Mãe África, Contos e lendas de África, a Unidade africana, Unidade Guiné-Cabo Verde, “Uma das desgraças em África”, texto de Amílcar Cabral, o Hino dos Pioneiros e o Nacional e fotografias de Aristides Pereira, primeiro presidente de Cabo Verde e secretário geral do PAIGC, partido então único, para a Guiné e Cabo Verde.

2- Da eliminação de todos os conteúdos relacionados com a Unidade Guiné-Cabo Verde, depois do golpe de estado na Guiné-Bissau, em Novembro de 1980, até depois da reforma, com a efectivação da questão dos manuais já na Segunda República. São conservados os conteúdos da Luta de Libertação Nacional incluindo a Independência. Assim, por exemplo no manual “Alegria de Ler”, para a 4ª classe há fotografias dos então Primeiro Ministro e Presidente da Assembleia Nacional Popular, textos sobre heróis nacionais, sobre Amílcar Cabral, sobre os PALOP, e pelo menos dois textos que



constavam nos manuais de 1968, História do café e Mestres Mudos. Também no “Caminhar 1”, para a 5^o classe, encontramos textos e poemas sobre a Liberdade, a Independência, Amílcar Cabral e a Pátria. No Caminhar 2, dividido são apresentados textos sobre o dia da Independência, escritos por alunos, e sobre Amílcar Cabral, sobre a Liberdade, sempre em tono de serem aspectos importantes e marcantes de Cabo Verde.

Até a quarta classe, os manuais de Meio Físico e Social são dedicados completamente ao conhecimento do meio físico-social cabo-verdiano e sua situação geográfica sem qualquer conteúdo Histórico. Na 5^a e nas 6^a classes em Estudos Sociais, o fascículo para a 5^a classe de antes de oitenta, dividido em duas partes, a primeira contém conteúdos de tipo geográfico, económico e histórico dedicados exclusivamente ao continente africano e à Guiné-Bissau e Cabo Verde, enquanto que depois de oitenta, no da 6^a classe, os conteúdos são sobre Cabo Verde, a descoberta, a colonização, a vida económica nos primeiros séculos, a miscigenação e tensões sociais. Os manuais, ao deixarem de contemplar os conteúdos sobre a unidade Guiné-Cabo Verde, como que, também, abandonaram a ideia sobre o Continente, concentrando-se praticamente sobre Cabo Verde.

Ante o descrito até aqui, ficamos, contudo na dúvida, se os dirigentes da Primeira República, estariam também convictos, como Cabral que, representado um ponto de vista totalmente oposto ao de Baltazar, disse “Porque é que os cabo-verdianos são africanos? Esta é evidentemente, uma pergunta sem pés nem cabeça”, mencionado por Pereira¹.

1.2.2- A Segunda República

Os anos noventa ficaram estabelecidos com o significado das aberturas, pelo número de países onde ocorreu esse fenómeno, como também pelo seu conteúdo próprio. Em Cabo Verde, comportou conteúdos dos tipos: político, pelo multipartidarismo e organizações da sociedade civil sem condutismo de um só partido; económico, pelo

¹ Pereira, Aristides., (2002), “Guiné-Bissau e Cabo Verde - Uma luta, um partido, dois países, (1^a Edi.), Lisboa: Editorial Notícias, pag. 158 – Apresenta também a resposta de Cabral, Manifesto (carta aberta) de 1963, cuja resposta é “1- Localização de cabo Verde, 2-Preocupação do Partido para com os caboverdianos, 3- 97% da população por negros e mestiços, 3% gente de cor branca, 4- população de origem fundamentalmente de escravos levados da Guiné; 5- Tantos mestiços em Angola, Moçambique juntos que não deixam de ser africanos e 6 – População branca da África do Norte”



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

liberalismo económico e maior inserção na economia mundial, bem como, menos estado e mais privado, com a atribuição aos empresários do papel fundamental de promotores do desenvolvimento. A Segunda República, coincidiu também com o produto, massa escolarizada, derivada da Reforma de 1968, que massificou o Ensino Primário, e como pais escolarizados querem os filhos escolarizados, e ao que se juntou o contexto do postindependência, nomeadamente, tornar mais acessível o Ensino Básico Complementar e o Secundário, o aproveitamento das bolsas para o Ensino Superior, componente de Ajuda ao Desenvolvimento aos países recémindependentes, e a formação de quadros superiores localmente. Traduzindo, há uma explosão demográfica escolar no Ensino Secundário e um regresso de quadros que só vão começar a sentir a falta de emprego nos anos 2000.

Assim, na Segunda República, as condições para a Reconfiguração da Identidade Postnacional passam a estar mais diversificadas e contraditórias: os partidos passaram a ter um maior número de elementos formados, talvez em número suficiente, visto que a abertura significou o fim da governação com o monopólio dos históricos, aqueles que lutaram no PAIGC; passa-se ou assume-se a diversidade de ideias pelas ideologias de partidos emergentes.

O partido que se tornou protagonista principal nos anos 90, o MPD, Movimento para a Democracia, esteve integrado pelos “históricos de segunda geração”, cunho nosso, aqueles que tendo militado no partido único ou foram quadros na Primeira República, assumiram a direção desse partido e a governação dos primeiros dez anos da Segunda República; uma certa liberdade para sair e entrar, Cabo Verde concedeu a entrada sem visto, para os cidadãos portugueses, aquando da criação da CPLP; a diversidade dos meios de comunicação, jornal, rádio e televisão; com o continente, a participação no CILSS, foi talvez o mais notório nos meios de comunicação social.

Quanto à educação organizada são eliminados dos manuais todos os conteúdos versando a denominada luta de libertação nacional, temática contemplada no segundo momento. Os manuais são todos dirigidos pela Calouste Gulbenkian, incluindo-se também um elemento dessa Fundação na equipa de autores. Assim no Manual de Língua Portuguesa do 4º ano encontramos um só texto a referir-se à Liberdade, o poema mais conhecido de Amílcar Cabral, “Regresso”, e as festas populares de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Carnaval e Festivais; o 5º ano estampa diversos artigos dos Direitos da Criança e contempla vários textos de “Uma aventura nas ilhas de Cabo Verde”, um texto sobre o espaço da língua portuguesa, de autores portugueses.

As Ciências Integradas, do 5º ano, contemplam a Independência, sobre a fundação do PAIGC, só menciona Amílcar Cabral e os Órgãos do Poder Político e fotografias sobre esses temas. No do 6º ano, contempla a “Formação da sociedade cabo-verdiana” aparecendo Cabo Verde como “...a meio caminho entre a Europa e os continentes africano e sul-americano” e na pirâmide social os “brancos da terra” como mestiços.

Os manuais próprios originários para a Secundária foram concebidos a partir da segunda metade da década de oitenta. No conjunto são o Avançar 1, 2 e 3, respectivamente para o 1º, o 2º e o 3º anos do Curso Geral e que foram impressos em 1986, 1987, e o nº 3 em 1993, portanto já na Segunda República, e o manual de Língua Portuguesa, Hespérides, que consideramos como originário do contexto político da Segunda República.

Nos manuais Avançar 1, Avançar 2 e Avançar 3, os textos apontam para o africanismo identitário. No Manual Avançar 1 para o 1º Ano do Curso Geral, além de se encontrar na página de abertura uma fotografia de Aristides Pereira ao pé de um mapa de Cabo Verde, e de ter duas fotografias da bandeira da Primeira República, encontramos textos sobre a escravatura e sobre a luta armada e a independência. No Avançar 2, encontramos um grande número de poemas e textos de autores dos PALOP, sobre África, sobre cada um dos cinco países dos PALOP em particular e por exemplo dois poemas sobre “Mãe negra” de um cabo-verdiano e de um moçambicano. O Avançar 3, contemplando igualmente um bom número de autores dos cinco, apresenta na parte lírica poemas que versam conteúdos de um dos itens Opressão/liberdade.

Enquanto ao Hespérides, da autoria de uma portuguesa, encontramos nas suas trezentas e vinte e três páginas, alguns textos e poemas de variados autores cabo-verdianos, e temas que induzem a um africanismo identitário como a escravatura, a África nos seus costumes e objectos, alguns comuns ao cabo-verdiano, com propostas de actividades sobre os mesmos que levam ao conhecimento e reflexão sobre a nossa realidade, incluindo um texto sobre a Guiné-Bissau que propõe a sua reescritura, mas com Cabo Verde. Na segunda metade dos anos 90 com a generalização da Reforma do Ensino,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

que teve os estudos preliminares em 1986, o Manuais Avançar foram substituídos pelo Manual de “Mundo Contemporâneo”, a nova disciplina, elaborado por uma brasileira conservando-se no entanto o Hespérides.

Na reforma, a disciplina de História, inclui o estudo da História de Cabo Verde só no essencial, um mínimo que no ensino básico contempla a questão da descoberta ou achamento das ilhas e o seu povoamento. No entanto a frequência da área de Humanidades no terceiro ciclo do secundário, permite na disciplina de Cultura Caboverdiana um momento de aprofundamento sobre Cabo Verde. Nenhuma das duas disciplinas inclui o as representações dos cabo-verdianos sobre a sua identidade, o seu historial e o seu estado actual, estando a segunda disciplina, Cultura cabo-verdiana, voltada inteiramente para os costumes.

A criação da CPLP, Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, em 1996 cujos contornos estarão mais ou menos próximos da Commonwealth e da Zona do Franco e da Francofonia, organizações criadas pelos países ex-colonizadores, é dos acontecimentos conforma as condições porque o aspecto “lusofonia” reavivou nas representações dos caboverdianos:

- um, a presença do Brasil, presente, fortemente, para os populares nas telenovelas, desde a Primeira República, tendo havido a troca de visitas entre os Presidente dos dois países e, talvez, nos intelectuais o espectro dessa identidade vinda desde a independência desse país;

- dois, a aproximação com Europa, que tem os seus contornos na maior aproximação ou identidade da cultura caboverdiana com a europeia, defendida desde Baltazar Lopes, Portugal e que ante, pelo menos duas características incontornáveis do caboverdiano, a mulaticidade e a língua própria, encontra um intermédio ou escape na Macaronésia, via defendida, também antes da independência, por José Lopes e que saiu à baila nos anos 90 com o arquitecto Jorge Delgado.

Como referencial de unidade ou identidade, retomando Aristóteles diremos que a CPLP veio a constituir-se como uma unidade formada de outras unidades. Jurídica ou protocolarmente encontramos a história de uma unidade Brasil-Portugal que vem desde a independência do primeiro, ilustrada pelos vários tipos de tratados Luso-brasileiros, incluindo o acordo sobre a Comunidade Luso-Brasileira por um lado; pelo,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

há uma unidade entre os cinco países que vem desde a criação do Movimento Anticolonialista, MAC, mudada depois para Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, CONCP, e transformada em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, PALOP. Politicamente entre os dois primeiros, Portugal e Brasil, encontramos também, quase dois séculos de cooperação como iguais, enquanto esse tipo de cooperação dos dois primeiros com os PALOP é bem recente.

Julgamos que as actividades levadas a cabo pelos PALOPs, foram ou estão sendo a pouco e pouco protagonizadas ao nível mais amplo, a CPLP, e, que o relato do evoluir das condições para a reconfiguração da identidade postnacional nos permite poder explicar as respostas de estudantes que de forma directa ou indirecta, vivenciaram a formação que as condições expostas propiciaram. A pergunta foi:

- Num jogo de futebol, incrivelmente, empatado entre Angola, Brasil e Portugal, para qual deles deve ir a claque do caboverdiano para decidir o vencedor ?

ANOS E PÚBLICO INQUIRIDO

(Público são os estudantes, idade, sexo e procedência variada)

	ANGOLA	BRASIL	PORTUGAL	NENHUM	TOTAL
2000 – ISE	29	3	7	20	59
2001. E.S.Sta *	35	3	6	6	50
2001- ISE	39	18	34	29	120
2005 - ISE	25	22	16	11	74
2006 - ISE	24	14	10	5	53
TOTAL	128	46	63	66	356

*Escola Secundária de Santa Cruz

Apesar de termos as justificações de todos os cinco anos, trouxemos para análise somente a categorização das respostas dos inquiridos em 2006 que, fazendo parte da investigação-ação, nos permitiu explicar a conformação das suas representações de Sí.

CATEGORIAS DAS RESPOSTAS

(só os dados do Posipolo de Zavalloni)

ANGOLA - 1-HISTÓRIA COMUM – colonização, antepassados, luta 2-EMIGRAÇÃO TERRITÓRIO ÁFRICA; PROBLEMAS idênticos; DIFICULDADES – solidariedade; CULTURA; IDENTIDADE; FUTURO; AMOR
BRASIL - 1-ANTEPASSADOS – escravatura 2-EMIGRAÇÃO; IRMÃOS de raça – mestiço; CULTURA - Semelhante; NATUREZA bonita; POVO alegre, bonito; PAÍS competente; FUTEBOL melhor; PAIXÃO
PORTUGAL - 1- EMIGRAÇÃO; 2-HISTÓRIA COMUM; COLONIZAÇÃO ; FUTEBOL – bom ORGANIZAÇÃO – melhores condições para representar África; DIREITOS da criança; SENTIMENTO de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

pertença; FASCÍNIO

NENHUM - SÓ CABO VERDE; Demais dificuldades em expressar

Os dois quadros mostram-nos que em cada grupo sempre houve uma maioria por Angola. Para o Brasil, não sabemos se é coincidência, mas o maior número em relação a Portugal, foi depois das filmagens em Cabo Verde com a participação de actores brasileiros

Os únicos inquiridos que nas justificações fizeram referência explícita à identidade como motivo da ação foram os optantes por Angola, que também são os que apresentaram de forma sistemática as categorias que definem identidade objectiva, apesar de não terem indicado o sentimento de pertença, que nesse caso é apresentado em relação a Portugal e por um optante por esse país.

Por outro lado, na comparação dos dois grupos de respostas, os de antes de 2006 é de se destacar, primeiro, a Emigração que foi apontada só por um inquirido do último inquirido, foi considerada por elementos das três opções; segundo, de entre as justificações, as de ordem subjectiva e pessoal, serem em maior número no cômputo das categorias, e de maior peso, nos optantes pelo Brasil, como Futebol melhor, natureza bonita, país competente, povo alegre, paixão, aliás confirmado por esses optantes, referindo a identidade como assunto pessoal; e Portugal, futebol bom, melhores condições de representar África, sentimento de pertença e fascínio. Aqui se destaca ainda a Colonização apreciada como factor absolutamente positivo por alguns. Os optantes por Brasil e Portugal manifestaram o seu absoluto acordo com as razões apresentadas pelos optantes por Angola.

No entanto, para nos darmos conta com toda a clareza das subtilezas que conformam essa identidade, a interpenetração dos factores das perspectivas entre si, apresentamos o quadro que mostra a evolução das respostas depois de sessões de reflexão sobre a primeira pergunta.

PERTENÇA E/OU IDENTIDADE GEOGRÁFICA E CULTURAL

Nós os cabo-verdianos somos...



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

a) GEOGRAFICAMENTE	Africanos			Macaronésios			Europeus	
	36			12			0	
b) CULTURALMENTE	Africa- nos	Maca- ronésio	Euro- peus.	Mula- tos Africa- nos	Mula- tos Euro- peus	Afro- Euro- peus	Euro. Africa- nos	Mulatos Sem Pertença únicos
	10	1	0	12	0	17	3	5

Os que se consideram Africanos, somam 22, os Africanos e Mulatos Africanos; os que se acham Africanos repartidos somam 20, Afro-europeus e Euro-africanos.

Os Afro-europeus por si só, são a maioria e os que fora destas duas alternativas são 6, Macaronésio e Sem pertença.

Colocando-nos na perspectiva aristotélica, temos que o mulato sendo o intermédio, é, o que não é igual a nenhum de dois contrários, se opõe a ambos os contrários como “negação privativa”. (ARISTÓTELES, 1942). Mais, afirma que, esse intermédio não recebe nome porque, para cada um dos dois contrários poderá haver vários sentidos sendo aplicados a sujeitos não uno. Essa ideia pode justificar as opções intermédias acima indicadas e também os que “sem pertença”, o que foi reforçado pelo primordialismo, a origem nos dois casos, ao que é acrescentado o “estar no meio do mar”, desconhecendo esses optantes, a representação do Outro, um princípio básico da identidade, princípio que só um inquirido utilizou: que era africano por ser assim que era reconhecido pelo outros. Nessas condições a identidade torna-se na que nos é exposta por Hegel, a do espírito subjectivo, que é a construção do espírito sem a objectivação do seu nicho externo, o individuo como sujeito cognoscente que se volta para si mesmo como único objecto de conhecimento, como autoconsciência. Uma identidade que não nos serve na nossa relação com os outros.

Conclusão

Por razões várias, a independência de Cabo Verde não foi, integralmente, aproveitada pelos seus promotores, no seu significado e objectivos próprios, relativamente à oportunidade de reconfiguração da identidade postnacional, como momento de iniciação de um processo incontroverso do término da ambiguidade como sustento da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ambivalência, uma condição que deveria ter permanecido como propriamente colonial, não se estendendo, nem sendo alimentada depois dessa efeméride.

Nessa perspectiva, se a independência, significou um momento de ruptura, nos actos da construção da nação caboverdiana como Estado, ela propiciou também, as oportunidades para transformações e continuidade nas representações dos caboverdianos sobre si, inviabilizando, de certa forma, o papel da nação como tal.

BIBLIOGRAFIA

SPINOLA, Carlos, A identidade postnacional no cabo-verdiano: uma questão da educação. Tese de doutorado pela Universidade do Porto, 2009.

AGÊNCIA-GERAL DO ULTRAMAR, Estatuto político-administrativo da província de Cabo Verde, Decreto nº 541/72 de 22 de Dezembro, Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1972.

ARISTÓTELES, *Metafísica*, Buenos Aires: ESPASA, 1942.

BERNARD, Philippe-J, *Les traits de culture nationaux dans la prospective sociale*, in MICHAUD Guy, (Dir), *Identités collectives et relations inter-culturels*. Buxeles: Editions Complexe. PUF. p. 89 – 107, 1978.

BOLETIM OFICIAL Nº 28 De 18 De Julho, Lei Orgânica do Ultramar Português, Portaria nº 19 921 de 27 de Julho de 1963, Base I. Praia: Imprensa Nacional, 1963.

BOLETIM OFICIAL Nº 48 De 6 De Dezembro, Decreto nº 45 371 de 22 de Novembro de 1963, Praia: Imprensa de Cabo Verde, Capítulo I, 1963.

CABRAL, Amílcar, *Cultura, Colonização e Libertação Nacional -Discurso feito por Amílcar Cabral, Secretário-Geral do PAIGC, por ocasião da atribuição do grau de professor honoris causa pela Universidade de Lincoln (USA) em 1972*, in BRAGANÇA, Aquino de; E, Wallerstein Immanuel, *Quem é o inimigo?*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, pag. 253, 1978.

CAMILLERI, C & COHEN-EMERIQUE, M, (Dir), *Chocs de Cultures: Concepts et enjeux pratiques de l'interculturel*. Paris, L'Harmattan, 1991.

CARVALHAIS, Isabel Estrada, *Os desafios da cidadania pós-nacional*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

HALL, John A; IKENBERRY, G. John, *O estado*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990..



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

HOBBSBAWM, Eric, A questão do nacionalismo nações e nacionalismo desde 1780, (2ª Edi.). Lisboa: Terramar, 2004.

LOPES, Baltasar, Cabo Verde visto por Gilberto Freyre (Apontamentos de Baltasar Lopes, lidos ao microfone da Rádio Barlavento) II, in Cabo Verde Boletim de Propaganda e Informação, Director Dr. Bento Levy, Ano VIII, nº 84, Setembro de 1956, Praia: Imprensa Nacional, 1956.

MARCHUELA, Maria Regina (2002), O conceito de fronteira na época da Mundialização, Lisboa: Edição Cosmos Instituto da Defesa Nacional.

MICHAUD, Guy, Mises au point, in MICHAUD, Guy (Dir), Identités collectives et relations inter-culturelles. Bruxelles: Editions Complexes. PUF. p. 109-125, 1978.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Alegria de Ler, 4ª Classe. Praia: Ministério da Educação, República de Cabo Verde, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Caminhar 1 Manual de Língua Portuguesa para a 5ª Classe do Ensino Básico Complementar. Praia: Ministério da Educação, República de Cabo Verde, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Caminhar 2 Manual de Língua Portuguesa para a 6ª Classe do Ensino Básico Complementar. Praia: Ministério da Educação, República de Cabo Verde, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, O Meu País Meio Físico e Social, 3ª Classe do Ensino Básico Complementar. Praia: Ministério da Educação, República de Cabo Verde, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, O meu país Meio Físico e Social, 4ª Classe. Praia: Ministério da Educação República de Cabo Verde, (s/ data).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, Programa de Formação Pessoal e Social, Ensino Secundário Via Técnica. Praia: Ministério da Educação, Ciência e Cultura de Cabo Verde, (s/ data).

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, Livro de Leitura, Manual 1, 5ª Classe. Praia: Ministério de Educação e Cultura, (s/ data).

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, Estudos Sociais, 5ª Classe. Praia: Ministério de Educação e Cultura, (s/ data).

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, Livro de Leitura, Manual 2, 6ª Classe. Praia: Ministério de Educação e Cultura, (s/ data).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

MOSCOVICI, Serge, Des représentations collectives aux représentations sociales, in JODELET, D (Dir.), (1989). Les Représentations sociales, Paris : PUF, p. 62 – 86, 1989..

PAICV, Documentos do II Congresso O Partido. Praia: Edições do DIP do PAICV, 1984.

PAIGC, História da Guiné e ilhas de Cabo Verde, Porto, Afrontamento, 1974.

PEREIRA, Aristides, “Guiné-Bissau e Cabo Verde - Uma luta, um partido, dois países, (1ª Edi.). Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

SILVEIRA, Onésimo, Consciencialização na literatura caboverdiana. Lisboa: Edição da Casa dos Estudantes do Império, 1963.

SILVEIRA, Onésimo, O nativismo cabo-verdiano: o caso Amílcar Cabral. Praia: Simpósio Amílcar Cabral, 9 de Setembro de 2004, 2004.

ZAVALLONI, M, «L'identité sociale et l'éco-éologie», in TAP P (Dir.) (1986), Identités Collectives et Changements Sociaux. Toulouse, Privat, pág. 195-209, 1986.